

A igreja oriental e seus concílios

No ocidente a queda de Roma iniciou um tempo sem precedentes, com sucessivas invasões e saques de praticamente toda Europa pelos bárbaros. Isso fez com que o papado ocidental tivesse um papel político de mais alta relevância, além de garantir ao cristianismo ocidental relativa autonomia política pois não precisava se submeter a um imperador ocidental. Já no oriente as coisas eram muito diferentes, pois como Constantinopla continuou resistindo como sede do poder imperial romano oriental por praticamente mais mil anos, o patriarca do oriente não desempenhava o mesmo papel unificador e tão pouco a igreja tinha autonomia do poder político representado pelo imperador.¹

Assim, enquanto no ocidente a igreja, os monges e o papado traziam certa ordem ao caos imposto pelas invasões, no oriente os séculos IV a VIII foi marcado por intensos debates teológicos que eram permeados por jogos políticos, intrigas e escândalos. Um fato que representa bem isso são os sete concílios ecumênicos da igreja. Recebem esse título por que são os concílios que reuniram tanto a igreja ocidental quanto a oriental, antes da divisão que vamos relatar mais a frente.

Como já foi visto, o primeiro concílio foi o de Niceia cujo tema principal foi o arianismo. O segundo Concílio Ecumênico foi reunido em Constantinopla em 381 e seu tema foi basicamente sobre as duas naturezas de Cristo. Antes do próprio concílio, a igreja já havia condenado várias heresias: o docetismo, que afirmava que a humanidade de Jesus era meramente aparente (divino mas não humano); várias heresias (tipos de monarquianismo) que negavam a divindade de Jesus também foram refutadas (humano mas não divino). Portanto, quanto a controvérsia surgiu, a igreja já havia delimitado que posições extremas eram campos férteis para heresia. Logo, o debate que se seguiu não era se Jesus era humano OU divino, mas sendo humano E divino, qual era a relação entre suas naturezas?

As raízes do debate estavam nas duas principais escolas de interpretação bíblica do oriente: Alexandria e Antioquia. Alexandria era um centro com grande influência do pensamento platônico e isto influenciou a leitura da Bíblia, cujo sentido deveria ser encontrado “por trás do texto”, no sentido alegórico, mais elevado e figurado, como em uma viagem ao mundo das ideias. Já Antioquia era um centro com grande influência do modo judaico de ler a Bíblia, com sua literalidade e sua ênfase na leitura dentro do contexto histórico. Assim, o bispo de Laodiceia, Apolinário, afirmou que Jesus era humano e que no lugar de sua alma racional habitava o Verbo divino. Aparentemente nessa época a maioria da igreja era tricotomista (alma+ espírito+corpo) e Apolinário afirmava que ao invés de uma alma “humana” Jesus possuía o Verbo divino. O Concílio de Constantinopla condenou sua doutrina visto que ameaçava a humanidade integral de Jesus em 381.

As controvérsias em torno das duas naturezas não cessou. Nestório era filho da escola de Antioquia e se tornou Patriarca de Constantinopla em 428. Junto com seu capelão Anastácio atacou o termo “*Theotokos*” do credo niceno, que significa “mãe de Deus” referindo-se a Maria. Nestório afirmava que Maria não deu a luz a Jesus Divino Humano, mas apenas ao Jesus humano (“*Christotokos*”) ao qual mais tarde se uniu a pessoa divina. Logo, Jesus era alguém com duas naturezas e duas pessoas. Sua heresia foi condenada pelo Concílio de Éfeso em 431, um concílio conturbado.

Importante lembrar que os concílios eram palco de luta das escolas de Antioquia e Alexandria, de maneira que quando Êutico, monge de escola alexandrina, afirmou que após o nascimento a natureza divina de Jesus absorveu sua natureza humana (monofisismo) um concílio foi convocado e reunido em Éfeso em 449. Neste concílio Dióscoro, bispo de Antioquia, usou de seu poder político para oprimir os que eram contrários a heresia e quando o patriarca de Constantinopla Flaviano quis usar a palavra foi surrado pelos partidários de Dióscoro a tal ponto de vir a morrer por causa dos ferimentos. O concílio confirmou o monofisismo e condenou e exilou bispos contrários, de maneira que o papa Leão o rejeitou e chamou-lhe “conciliábulo de ladrões”. Suas decisões viriam a ser revogadas quando o novo Imperador do Oriente Marciano e sua esposa Pulquéria convocaram um novo concílio a reunir em Calcedônia em 451 que anulou o concílio anterior, condenou o monofisismo e redigiu a “Definição de Fé”, a qual não explicava a relação entre as duas naturezas de Cristo mas traçava limites para assegurar que nem a humanidade nem a divindade de Jesus fossem negadas.

Contudo, o monofisismo encontrou adeptos em boa parte da igreja – em especial Egito e Síria – e a igreja novamente se viu dividida. O imperador bizantino Justiniano subiu ao trono em 527 e tentou unir a igreja aproximando os monofisistas e por isso condenou três teólogos de Antioquia sobre cujas obras se erigia parte do texto do concílio anterior, o que iniciou a controvérsia “Os Três Capítulos” uma vez que parte da cristandade tanto negou a condenação dos teólogos, o imperador convocou o quinto concílio ecumênico em Constantinopla em 553 no qual reiterou sua condenação.

O sexto concílio ecumênico se deu novamente na tentativa de atrair os monofisistas a uma unidade, quando o patriarca de Constantinopla Sérgio formulou a doutrina chamada “monotelismo” (uma só vontade), que afirmaria que embora Jesus tivesse duas naturezas, possuía uma só vontade: a vontade divina. Para debate-la foi convocado o sexto concílio ecumênico que reafirmou a Definição de Fé que condenou o monotelismo e vários bispos, entre eles o papa Honório.

¹ GONZALEZ, Justo. *História Ilustrada do Cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.276-331

O último concílio ecumênico foi suscitado por causa do uso de imagens no culto. Aparentemente era comum o uso de imagens no culto desde a antiguidade ilustrando narrativas bíblicas, de maneira que foram chamadas de “livro dos iletrados” por seu poder de ilustrar a fé para os analfabetos. A polêmica iniciou quando o imperador bizantino Leão III (685-741) derrubou uma estátua de Cristo venerada em Constantinopla por que em sua perspectiva ela era alvo de idolatria. Seu filho Constantino V convocou um concílio e proibiu o uso de imagens dividindo a igreja em “iconoclastas” (destruidores de imagens e “iconodulos” (adoradores de imagens). Os iconodulos afirmavam que deixar de representar a Cristo em imagem era negar sua humanidade, pois a encarnação era o ato de Deus se fazendo uma imagem visível em Cristo. Esta disputa levou a convocação do sétimo concílio ecumênico em Niceia em 787 que restaurou o uso de imagens e distinguiu a adoração (“latria”) de veneração (“dulia”).

Uma igreja fatalmente dividida

Ao longo dos concílios, o que é perceptível é que as posições firmadas pelos mesmos não foram completamente aceitas em toda a igreja e que as heresias pelos concílios combatidas não morreram de fato, mas levaram ao gradual desligamento de partes da igreja. A igreja havia chegado a Pérsia por meio de viajantes e comerciantes que utilizavam o idioma siríaco para comunicar sua fé, de forma que a igreja Persa era a fé cristã fora dos limites do império romano. A igreja Persa sempre manteve contatos estreitos com o bispado de Antioquia e por isso abraçou o nestorianismo, desligando-se da igreja que existia dentro do império romano. Da Pérsia, o cristianismo nestoriano avançou até a Ásia Central, Índia e Arábia em uma expansão impressionante, embora a fé cristã tenha sido duramente sufocada na Índia, China e Síria.

Outra igreja que de forma impressionante manteve sua autonomia foi a igreja na Armênia, que cresceu enormemente quando o rei Tirídates III recebeu a fé pelo batismo em 303, seguido por uma conversão em massa entre seus súditos. No século V o patriarca da igreja Sajak com um erudito de nome Mesrop viriam a traduzir a Bíblia e vários outros textos para o armênio. Contudo, em 450 a Armênia foi invadida pelos persas e diante da recusa do império romano em oferecer ajuda a igreja na Armênia se desligou da igreja romana declarando-se monofisista mais por razões políticas que teológicas. A igreja na Armênia resistiu a seguidas invasões até que no séc. XI os turcos seljúcidas, muçulmanos, castigaram duramente a igreja. Apesar de tudo isso, a igreja armênia resistiu até meados do séc. XX, quando uma nova onda de perseguição muçulmana impeliu a uma saída em massa dos cristãos do país.

A igreja na Etiópia, que nascera após o naufrágio de dois cristãos no século IV empreenderem um movimento missionário no país, também negou sua submissão ao concílio de Calcedônia e declarou-se monofisista, desligando-se do resto da cristandade. O mesmo aconteceu com a igreja no Egito e na Síria, evidenciando que com o passar dos séculos a igreja se tornava cada vez mais dividida e aquela igreja universal e coesa que marcou o primeiro concílio de Niceia já não existia mais sob as mesmas condições.

Contudo, o grande cisma que viria a marcar a vida da igreja nasceu de um ato aparentemente insignificante: após uma série de sucessões entre os francos Carlos Magno da dinastia dos carolíngios e subiu ao trono em 771 e após grandes vitórias foi visitar o papa Leão III em Roma, o qual no dia de natal de 800 diante de uma enorme multidão e diversos nobres colocou uma coroa sobre Carlos Magno e o declarou imperador. Esse fato é importantíssimo, pois enquanto no Oriente o patriarca da igreja oriental era chancelado pelo imperador do império bizantino (o império romano oriental sediado em Constantinopla), no ocidente o papa estava chancelando um imperador sem consultar o imperador bizantino e a igreja oriental a qual estava unido ao menos nominalmente. O ato de Leão III parecia ser a instauração de um poder no ocidente que em parte contestava a autoridade do imperador do oriente.

Historiadores utilizam dessa forma a coroação de Carlos Magno com um marco para o nascimento de um cristianismo ocidental a parte do oriente. Quando fora coroado imperador, o domínio de Carlos Magno se estendia sobre grande parte da Europa, com exceção das ilhas Britânica e porção da península ibérica. Após sua coroação, Carlos Magno lançou-se em uma série de conquistas militares contra os saxões a nordeste e contra os muçulmanos a sudoeste da Europa, vencendo ambos. Além disso Carlos Magno se dedicou a reformar a igreja: impôs o dízimo como imposto, ordenou aos clérigos pregar na língua do povo e com clareza, reformou os mosteiros e cultivou a educação. Era como se em uma era de trevas uma luz começasse novamente a brilhar na Europa, mas não durou muito. Com a morte de Carlos Magno seu império foi novamente dividido entre herdeiros e a decadência não demorou a chegar.

Com as invasões muçulmanas na Europa, incluindo seu domínio sobre o mar mediterrâneo, as rotas de comércio entre oriente e ocidente começaram a ser sistematicamente estranguladas. Além disso, a partir do séc. VIII os povos do norte da Europa, conhecidos como “vikings” ou “normandos”, desenvolveram técnicas de navegação aprimoradas e empreenderam diversas campanhas de saque a região da França e em toda a Europa, chegando a saquear Paris navegando através do Reno. Esses fatores estancaram o comércio e a terra passou a ser fonte de sobrevivência, instalando assim o sistema feudal no qual os senhores de terras (nobres) se tornaram muito importantes. Tudo isso preparou o cenário para que após uma série de discórdias de ordem política (sempre entremeada com debates teológicos) entre o papa em Roma e o patriarca em Constantinopla o cisma entre a igreja ocidental e a oriental fosse sacramentada quando um emissário papal excomunga o Patriarca de Constantinopla Miguel Cerulário na própria Catedral de Santa Sofia no dia 16 de julho de 1054. Estavam findadas as relações entre a igreja do ocidente a igreja do oriente e a escuridão avançada mais e mais. Neste período o papado deu mostras claras de decadência e a compra de cargos e a imoralidade castigavam a igreja.